

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE

**Os abandonos escolares na
Área do Vale do Lima (1960-1980)**

(PRIMÁRIO E PREPARATÓRIO)

**ANÁLISE DAS CAUSAS
E MEDIDAS SUGERIDAS**

PORTO

SETEMBRO 1983

ÍNDICE

INTRODUÇÃO -----	1
1. OS ABANDONOS ESCOLARES NO VALE DO LIMA. RESUMO DOS ELEMENTOS RECOLHIDOS -----	3
1.1. Ensino Primário Elementar -----	3
1.1.1. Rede escolar e frequência -----	3
1.1.2. Reprovações -----	3
1.1.3. Repetências -----	5
1.1.4. Abandonos -----	6
1.2. Ensino Preparatório -----	8
1.2.1. Rede Escolar e frequência -----	9
1.2.2. Reprovações -----	11
1.2.3. Repetências -----	12
1.2.4. Abandonos -----	12
2. CAUSAS DOS ABANDONOS ESCOLARES -----	15
2.1. Ao nível do meio -----	15
2.1.1. Escola - meio familiar -----	15
2.1.2. Escola - autarquias -----	17
2.1.3. Escola - outras instituições -----	17
2.2. Ao nível do sistema de ensino -----	18
2.3. Ao nível do corpo docente -----	23

3. SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS DETECTADAS -----	24
3.1. Ao nível do meio -----	24
3.2. Ao nível do sistema educativo -----	24
4. MEDIDAS SUGERIDAS -----	26
4.1. Situações problemáticas e medidas propostas -----	27
4.2. Medidas propostas, sua periodização, agentes para a sua execução -----	31
5. PROPOSTAS DE ESTUDOS SECTORIAIS E PROJECTOS CONCRETOS -----	34
5.1. Quatro pontos prévios -----	34
5.2. A rede escolar para o Vale do Lima -----	35
5.3. As horas de permanência na escola e a política de ocupação dos tempos livres -----	37
5.4. O distanciamento entre a população e a escola -----	38
5.5. Regionalizar a educação: uma proposta concreta -----	39
5.6. O papel da CCRN -----	43

INTRODUÇÃO

As disfunções do sistema escolar afectam gravemente o processo de desenvolvimento.

Por isso o diagnóstico e terapêutica dessas disfunções é uma das tarefas que a CCRN se propôs promover.

Nessa ordem de ideias o primeiro trabalho é o estudo dos "Abandonos escolares na área do Vale do Lima", cujos objectivos são:

- medir os índices de abandono;
- determinar as causas;
- reter as conclusões promovendo quanto possível intervenções concordes com as linhas de actuação preconizadas.

Feita a recolha e consignada, num relatório já publicado, serviu este como material básico para uma discussão dos fenómenos que os dados apontam. Para isso, realizaram-se sessões de trabalhos que tiveram lugar no Vale do Lima nos meses de Junho e Julho e para as quais foram convidados os professores das escolas preparatórias e do ensino primário.

Se das primeiras o acolhimento foi excelente, já do ensino primário compareceram muitos poucos agentes de ensino, o que não deixa, infelizmente, de afectar a riqueza possível do conteúdo dessas sessões e dos trabalhos subsequentes.

Aqui fica consignado o resultado segundo o esquema seguinte:

1. O resumo dos resultados apurados na recolha, e sugestões de intervenção.

2. A síntese dos debates no Vale contemplando a perspectiva dos professores.
 - 2.1. - listagem das causas de abandono;
 - 2.2. - indicação das situações problemáticas mais significativas;
 - 2.3. - medidas tendentes a solucionar tais situações;
 - 2.4. - medidas ou instâncias a quem compete promover e organizar as soluções preconizadas.
3. Finalmente uma síntese conclusiva da responsabilidade dos promotores deste trabalho.

1. OS ABANDONOS ESCOLARES NO VALE DO LIMA.
RESUMO DOS ELEMENTOS RECOLHIDOS

O trabalho já elaborado seguiu o mesmo esquema, para o primário e para o preparatório (1). Depois das indicações necessárias quanto ao método de recolha, organização e apresentação dos dados seguia-se a relação e comentário aos resultados obtidos relativamente à rede escolar, reprovações, repetências e abandonos.

Eis o resumo desses resultados (2).

1.1. Ensino primário elementar

1.1.1. Rede escolar e frequência

A escolarização de todas as crianças parece assegurada em termos potenciais e efectiva em termos reais, embora a informação sobre isto disponível tenha sido conseguida sem o rigor formal da investigação.

Mas sublinham-se dois pontos não estudados mas plausíveis à vista desarmada:

- as dificuldades de acesso às escolas em certas zonas de montanha;
- a elevada propensão para o absentismo dos professores nessas áreas difíceis.

1.1.2. Reprovações

"As taxas de não aproveitamento do ensino primário

-
- (1) Os resultados relativos ao ensino secundário estão apurados; prevê-se para muito breve a sua divulgação.
 - (2) Sempre que no texto aparecem citações entre aspas com referência de página, remete-se para o relatório provisório "Os abandonos escolares na Área do Vale do Lima, I volume".

são alarmantes mesmo no actual sistema de fases" (p.26). Já o eram, aliás, desde há muito: nos anos 1960 a 1974 as reprovações nas antigas 1ª e 2ª classes situaram-se sempre, respectivamente, à roda dos 40% e dos 30%. Mas o sistema de fases, se introduziu melhorias apreciáveis na estrutura e conteúdo do ensino, tem verificado um agravamento do não aproveitamento. Eis um resumo dos últimos anos:

Anos lectivos	1ª fase %	2ª fase %
77 - 78	50,4	39,1
78 - 79	49,7	39,5
79 - 80	54,1	40,3
80 - 81	53,4	39,1

A desagregação destas taxas globais revela taxas de reprovação muito mais elevadas nos concelhos do interior (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca) que nos do litoral (Viana e Ponte de Lima).

Podemos, em resumo, falar de duas ordens de factos:

- uma transformação importante da organização do ensino primário que atinge a estrutura, o currículo, os programas;
- um nível de insucesso verdadeiramente preocupante.

Donde se situam os pontos de inadequação e ruptura, entre o sistema proposto e o funcionamento real?

As inovações introduzidas terão sido assimiladas pelos docentes? É-lhes assegurada a formação e reciclagem convenientes? A sua escolha e nomeação fornece e motiva as "vocações pedagógicas".

E fora da escola propriamente dita, que razões para este fracasso: a rede escolar e sua implantação? a falta de preparação das crianças para os novos métodos? factores prévios con dicionantes (meio familiar, saúde etc.)?

1.1.3. Repetências

Não foi possível recolher os dados que vão de 1974 - 75 a 77 - 78, daí uma validade menor para as tendências emergentes dos dados disponíveis.

Eis em primeiro lugar as taxas de repetência nas es colas primárias do Vale nos anos 1970 a 1974:

Anos lectivos	1ª classe	2ª classe	3ª classe	4ª classe
1969/70	40,3	23,3	22,8	23,3
1970/71	41,3	26,9	21,2	26,8
1971/72	40,1	30,3	24	26,6
1972/73	40,6	28,4	22,7	27,6
1973/74	43	29,6	20,7	27,9

E agora para os vários concelhos do Vale, em 77/78 e 80/81:

Anos lectivos	1977/78		1980/81	
Fases	1a fase %	2a fase %	1a fase %	2a fase %
Concelhos				
Arcos de Valdevez	?	?	60,3	45,3
Ponte da Barca	57,8	36,2	63,4	46,3
Ponte de Lima	51	29,7	54,6	34,9
Viana do Castelo	43	20,4	45,4	29,4
Vale do Lima	?	?	53,7	36

"O insucesso escolar traduzido nas reprovações é um mal, mas esse mal pode ser melhorado se os alunos reprovados repetem o ano falhado até à aprovação; esse mal agrava-se se da reprovacão se passa ao abandono.

A situação no Vale do Lima cifra-se num elevado número de reprovações, numa subida progressiva das repetências, numa descida dos abandonos, se bem que estes como veremos ainda atinjam uma certa expressão. De qualquer modo o aumento das repetências tem vindo a minorar o efeito negativo das reprovações; como porém estes atingem uma elevada expressão o aumento das repetências, não tem alcançado o aumento das reprovações. O que é significativo quanto à gravidade da situação" (p.38).

1.1.4. Abandonos

"Falar de abandono no ensino primário parece um despropósito. Não há abandono, diz-se, Há abandono, nos quatro primeiros anos de instrução primária, no Vale do Lima. Os dados são peremptórios; as causas é que poderão ser discutidas...

Abandonam não aprovados mas ... um facto domina: a diminuição dos abandonos. Dos 41,7% na 4ª classe de 1962 aos 16,4% de 1972, até aos 4,9% de 1980 (2ª fase).

Este facto é positivo e índice de progresso; e supõe uma valorização da instrução ... a realidade, porém, continua carregada de problemas: o abandono existe, alguns não-aprovados abandonam a escola antes de cumprida a 1ª fase (entre 3 a 5% nos últimos anos) outros antes de cumprida a 2ª fase (5 a 7,5%).

Em números absolutos isto é dizer que tem continuado a sair por ano, das escolas do Vale do Lima, 200 a 300 jovens que enfrentarão a vida sem letras, sem saber praticamente ler, escrever, contar-. Incapazes? Deficientes? Marginais? A própria ignorância em que vivemos, quanto ao facto ("Não há abandonos") e quanto ao conteúdo e significado real, prolonga e agrava a situação negativa (p.46).

Quanto ao abandono de aprovados este "Situou-se sempre, de modo preponderante, na 4ª classe da instrução primária, dos 90% de 1961 aos 38% de 1971(....) A Introdução do ciclo preparatório com carácter obrigatório" (p.47) desloca para anos posteriores a maioria dos abandonos.

"Aqui de novo há que não desvalorizar a tendência - positiva -, mas tão pouco descuidar os factos: a escolaridade obrigatória de 6 anos está muito longe de ser cumprida (provavelmente 10 a 17% dos jovens ficam-se aquém)....

.... a tendência aponta para uma implantação progressiva da escolaridade obrigatória, mas a um ritmo lento...

Esta dificuldade ... não é, aliás, sentida de modo homogêneo na área do Vale ... a situação varia do litoral para o interior ... Por esta e outras razões não se pode falar univocamente de insucesso ou rejeição do sistema ... as causas do fenómeno são

bem mais vastas" (p.48).

Evolução da taxa de abandono, na 1ª e 2ª fases por concelhos e no Vale do Lima, entre 1977/78 e 1979/80.

	1ª FASE					2ª FASE				
	Arcos de Valdev.	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Vale do Lima	Arcos de Valdev.	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Vale do Lima
77/78	2,5	1,7	3,1	2,4	2,6	28,8	30,4	19,2	5,4	16,4
78/79	4,3	2	7	5,9	5,4	23	23,5	19,4	6,2	13,5
79/80	1	4,8	1	2,9	2,1	13,7	17,2	14,6	4,5	9,4

Neste quadro repare-se:

- a efectiva diminuição progressiva do abandono, quer durante, quer no termo do ensino primário elementar;
- as disparidades concelhias sobretudo entre Viana do Castelo e o resto do Vale;
- o facto de, actualmente, 2% da população escolar do Vale do Lima abandonar a escolaridade elementar apenas com 2 anos de frequência e 10% o fazer no termo do ensino primário, não cumprindo assim a escolaridade obrigatória.

1.2. Ensino Preparatório

O ensino preparatório, tal como hoje existe, substituindo as duas vias antigas (preparatório dos liceus - preparatório das técnicas) teve o seu início no Vale do Lima para os Arcos de Valdevez, onde abriu apenas em 71/72.

1.2.1. Rede escolar e frequência

A rede escolar escolar reparte-se diversamente por dois tipos de ensino:

- o ensino preparatório directo (CPES) localiza-se nas sedes de concelho, com uma escola em cada, excepto Viana que tem duas;
- o ensino preparatório por televisão (CPTV), com os seus 49 postos em 1980/81, localiza-se de modo muito irregular: Viana - 23 postos, Ponte de Lima - 15, Ponte da Barca - 1, Arcos de Valdevez - 10.

Quanto à frequência e repartição por tipo de ensino veja-se o quadro a seguir:

Número de inscritos e repartição por tipo de ensino

ANOS	TOTAL DE INSCRITOS	PRIMÁRIO		PREPARATÓRIO		SECUNDÁRIO		COMPLEMENTAR	
		quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%
60/61	21.140	19.952	94	595	3	521	2,5	72	0,5
65/66	21.436	19.681	92	874	4	742	3	139	1
70/71	24.797	18.938	76	4.156	17	1.396	6	307	1
75/76	28.873	20.121	70	4.486	15	3.415	12	851	3
80/81	30.449	19.794	65	5.987	20	3.348	11	1.320	4

As conclusões a tirar estão patentes:

- um aumento de perto de 50% nas inscrições, aumento também na escolarização (aumento de inscrições proporcionalmente maior que o aumento de população de idade escolar);

- um deslizar constante das percentagens de inscritos do primário elementar para os outros escalões de ensino, sobretudo para o preparatório;
- todo este movimento é mais sensível nos concelhos litorais que nos interiores.

Quanto ao tipo de ensino (directo - T.V.) a evolução de inscrições é a seguinte:

70/71	-	CPES	84%	-	CPTV	16%
75/76	-	"	63%	-	"	37%
80/81	-	"	55%	-	"	45%

Mas esta evolução mantém uma diferença surpreendente quanto à repartição geográfica do CPES e do CVTV. Este passa, em dez anos, de 16% para 45% do total de inscritos.

O que mais chama a atenção, porém, é a diferença entre os concelhos interiores e os litorais. Enquanto nos primeiros e para o período 1976-81 o CPTV se mantém nos mesmos 20% nos Arcos e desce de 13% para 10% na Ponte da Barca, nos concelhos litorais aumenta de 40% para 55% em Viana e de 43% para 51% em Ponte de Lima.

Esta situação põe algumas questões (pp.59 - 62):

- quais os critérios de preferência por um tipo ou outro?
- quais as regras de planeamento da rede escolar?
- porquê se multiplicam os postos TV em Viana e Ponte de Lima?
- que relações existem entre os dois sistemas e seus responsáveis, quanto à planificação e execução da rede escolar adequada a cada situação?

1.2.2. Reprovações

Em valores globais e para os anos 1975 - 81 temos as seguintes médias (p.63):

5º Ano	-	CPES	:	28,4%
6º Ano	-	"	:	24,7%
5º Ano	-	CPES	:	22,8%
6º Ano	-	CPTV	:	12,6%

Visto em pormenor refere-se:

- as reprovações tem aumentado, sobretudo no 5º Ano;
- há diferenças notórias entre ensino directo e TV: re prova-se mais no primeiro;
- sobretudo no 5º Ano (diferença entre 22,8% e 12,6%);
- as reprovações no ensino directo ligam-se estric tamente à sua localização geográfica: nos Arcos e P.Bar ca, onde esse tipo de ensino contabiliza 80 a 90% dos inscritos, reprovaram em média, nos últimos seis anos, 44,2% nos Arcos e 29,8% na P.Barca (mas note-se que neste último concelho os valores de reprovações para 79 - 80 e 80 - 81 são, respectivamente, 34,6% e 55,6%;
- no ensino directo reprovam mais os rapazes que as ra parigas (não no T.V.).

Reprovar tem duas saídas: ou a repetição do ano ou o abandono. Ambos os casos supõem um fracasso que leva à pergunta: quais as causas (sugestões de estudo, p.66):

- inadaptação escola-meio?
- o sistema escolar (professores, tipo de ensino -T.V.- - directo, conteúdos, métodos)?
- as famílias?

1.2.3. Repetências

"Reprovar é um mal; repetir é um mal menor" (p.72).

Eis os valores médias de repetências no Vale do Lima, no ano 80 - 81:

- 5º Ano do CPES - 17,2% (9,1% em 75/76);
- 6º Ano " " - 19,6% (10,3% " ");
- 5º Ano " CPTV - 16% (9,3% " ");
- 6º Ano " " - 6,5% (7,5% " ").

Com mais pormenor, verificamos:

- o aumento constante de repetências no CPTV, nos dois anos;
- no CPTV, aumento irregular no 5º Ano, certa estabilidade no 6º Ano;
- também aqui há diferenças geográficas: aumenta em to dos os concelhos menos na P.Barca.

O significado deste aumento das repetências pode ter mais significados:

- maior valorização atribuída aos estudos e da obrigação de os cumprir;
- atitude favorável à escola ou escola mais atenta ao seu público;
- maior coacção ou pressão legal.

1.2.4. Abandonos

"O abandono é o último passo dum conflito não resolvido. Não é a supreção dum estádio ... é a saída do sistema escolar

porque algures (na escola? no aluno? na família? no mercado de trabalho?) algum factor desequilibrou a balança do percurso harmonioso (p.75).

Eis o que, em resumo, podemos dizer:

- abandonam sobretudo os que reprovam (nos últimos anos, cerca de 40% no 5º Ano, 30% no 6º Ano);
- os que aprovam no 5º Ano tendem cada vez mais a inscrever-se no 6º Ano;
- já no 6º Ano o Abandono volta a subir muito, tanto de não-aprovados (38,3% em 1979/80) como de aprovados (48,1% em 79/80);
- juntando os que abandonam, cumprido o 6º Ano, com todos os que foram ficando pelo caminho tem-se a verdadeira imagem da escolaridade efectiva desta zona.

Taxas globais de abandono (aprovados + nãoaprovados)
na escolaridade obrigatória, ano 79/80 (p.80):

Abandonos → Concelhos ↓	Abandonos 1ª Fase	Abandonos 2ª Fase	Abandonos 5º Ano	Abandonos 6º Ano
Arcos de Valdevez	0,8	6	17,7	39,1
Ponte da Barca	2,2	13,8	18,7	47,1
Ponte de Lima	7,2	7,7	9,4	60,0
Viana do Castelo	0,7	1,3	7,2	61,2

"... uma palavra traduzirá, com certa aproximação, essa realidade: debandada. A escola vê escapar muitas crianças no período obrigatório; ao terminarem os escassos seis anos o que resta vai-se embora, salvo uma pequena minoria.

Primeira pergunta: como conseguir atingir a escolarização de 9 anos sem sanar previamente esta hemorragia?

Outra questão: ao compararmos os dois tipos de abandono verificamos que no preparatório ele vem sobretudo dos não-aprovados, salvo na passagem para o secundário (mas aqui já no fim do ensino obrigatório). Este facto sugere uma relação directa entre insucesso e abandono escolar: quem reprova abandona. Ora esse insucesso não é ... imputável a uma só causa: ("os professores", "os pais", "os programas", "a sociedade", "o ministério"...).

A partir destes dados e das questões por eles levantadas pretende-se conseguir:

- conhecer as realidades locais mediante o debate e o aprofundamento dos elementos já recolhidos;
- a formulação daquelas medidas que parecem ser adequadas em ordem à solução dos problemas;
- a indicação dos responsáveis presumíveis por tais medidas;
- a escolha daquelas que pareçam localmente exequíveis.

2. CAUSAS DOS ABANDONOS ESCOLARES

Concluído o estudo "Os Abandonos Escolares na Área do Vale do Lima, 1960 - 1980" centena e meia de professores lecionando nos quatro concelhos do Vale construíram uma listagem das causas dos abandonos escolares que seguidamente apresentamos.

Por razões metodológicas consideramos três grandes grupos: causas que se situam ao nível do meio, do sistema de ensino e dos professores. Entre estes grupos há uma relação íntima e até pode parecer estranha a separação entre sistema de ensino e professores. De facto, durante os debates, as questões directamente relacionadas com os professores surgiram sempre com grande destaque e de certo modo autónomas. O seu papel no contexto do sistema de ensino é efectivamente decisivo para a qualidade do mesmo ensino.

Assim, apesar de adiante se abandonar esta distinção, ela surge aqui sobretudo como uma subdivisão a que a própria reflexão produzida conduziu.

2.1. Ao nível do meio

Os factores geradores de abandono escolar sugeridos pela reflexão podem agrupar-se em três tipos:

- escola - meio familiar
- escola - autarquias
- escola - outras instituições

2.1.1. Escola - meio familiar

- o alcooolismo e a mã alimentação são portadores de

graves deficiências no desenvolvimento físico e intelectual das crianças;

- o analfabetismo é muito elevado nesta zona, atingindo mais de um terço da população; De facto, o grau de escolarização dos pais é determinante na procura escolar dos filhos. O distanciamento cultural - códigos, valores, etc - entre pais e filhos vai crescendo à medida que estes progridem nos estudos escolares;
- os pais não vêm a escola como local de "preparação para a vida". O papel da escola desvaloriza-se aos olhos da população local exactamente porque não traz qualquer vantagem quanto ao emprego representando quase sempre um atraso prejudicial na entrada na "vida activa";
- por outro lado, os pais necessitam dos filhos em casa para colaborar nos trabalhos domésticos. Estes chegam a atingir várias horas por dia e destinam-se quer a tomar conta de irmãos mais novos quer a desempenhar certas tarefas agrícolas ao lado dos pais.

Esta força de trabalho é muito vezes importante para a subsistência do agregado familiar e muitos filhos vão à escola com elevados sacrifícios para os pais.

Os professores fazem notar, a este nível, que o aluno normalmente não estuda em casa, de nada servindo tarefas de remediação individuais e extra aulas.

- finalmente, os pais sentem a escola como local seguro de recolha diurna dos filhos. Sobretudo nos meios citadinos os filhos são "abandonados" nas escolas, funcionando estas como armazéns de confiança para os filhos durante o dia. O que lá se faz, diz, aprende e ensina de pouco interessa, diz apenas respeito aos professores.

(Como elemento de suporte a esta listagem, nós acrescentamos que se é evidente que há um enorme insucesso escolar gerador de abandono escolar também vai emergindo uma indução ao abandono motivadora de insucesso escolar; e aqui, o meio, sobretudo o meio familiar, é altamente responsável pela situação existente).

2.1.2. Escola - Autarquias

Se o isolamento escola - família já é notável, ele é algo escandaloso no que se refere à relação escola - autarquia. A escola é um feudo e as autarquias apenas começam actualmente e interferir no que respeita aos edifícios e equipamentos educativos.

Quando se esboçam linhas de desenvolvimento regional a escola não é tida em linha de conta, permanecendo aqui um dos factores de estrangulamento desse mesmo desenvolvimento.

2.1.3. Escola - outras instituições

A este nível o aspecto mais salientado foi o do transporte. Por um lado a rede de transportes públicos está desajustada e, ao que dizem, as mais das vezes prepositadamente, dos horários

escolares. Assim a rede organizada pelas entidades escolares e utilizada pelos alunos conduz a muitas horas de espera. Por outro lado a rede viária é deficiente e as distâncias a percorrer atingem por vezes 60 Km diários o que representa para os alunos um notável dispêndio de energias suplementares.

(A este nível a reflexão não foi mais longe, mas seria interessante no futuro incluir neste aspecto da análise a relação da escola com as instituições locais de emprego, turismo, serviços agrícolas, etc.).

2.2. Ao nível do sistema de ensino, situam-se causas determinantes dos abandonos escolares. Pela reflexão feita conclui-se que é no próprio interior do sistema educativo, mas sempre em correlação com os problemas do meio, que se geram muitos dos abandonos escolares.

É importante sublinhar este facto pois sabemos que é muito comum justificar os graves problemas do ensino com diferentes situações sociais. Se as causas dos abandonos escolares, como vimos, se situam de modo significativo ao nível do meio, com a leitura das causas inerentes ao sistema escolar vai tornar-se mais claro que a diminuição do abandono e do insucesso que o gera dependem de forma decisiva de alterações intrínsecas ao sistema educativo.

As causas apontadas são as seguintes:

- o insucesso, a que o sistema condena tantos alunos é a causa principal do seu abandono. O insucesso não é apenas traduzido no número exagerado de reparações mas num conjunto de circunstâncias que o próprio sistema cria ao aluno e que vão concorrer para o seu abandono. Grande número dessas situações são as que se descrevem de seguida.

- a escola impõe-se ao meio de forma centralista des-
de os conteúdos das disciplinas, até aos ritmos de
aprendizagem e às estruturas de apoio ao ensino. A
realidade local, os alunos e os professores des-
te meio não entram na escola que são e fazem. A es-
cola sufoca demasiado a região não dando saída aos
seus modos de vida e de pensamento, anseios, estran-
gulamentos e potencialidades. Os conteúdos estão de-
finidos segundo normas, critérios e conceitos exte-
riores ao meio rural e as estruturas são centraliza-
das, distantes dos problemas e das pessoas deste
meio: a escola está feita, à partida.

É evidente que esta situação se torna nociva para o
sistema condicionando fortemente o sucesso dos alu-
nos, o empenho dos professores e mesmo a motivação
dos pais em relação à escola.

(No entanto, queremos referir que esta centralização,
embora seja fruto de uma política educativa (e da
sua ausência) concebida e realizada fora do Vale do
Lima, também é uma consequência da falta de esfor-
ços e acções no próprio Vale, no sentido de inter-
ligar mais profundamente escola e meio).

- não há uma formação de professores que responda às
suas carências nomeadamente ao nível psico-pedagógi-
co e que acompanhe as alterações que sucessivamente
vão sendo introduzidas no sistema educativo. Apesar
dos esforços já realizados neste sentido, nem se
atingiu a extensão e a profundidade necessárias, nem
se proporcionou aos professores motivação mais séria
para a sua auto-formação.

Fez-se notar que, no ensino primário, não se desencadearam acções de formação que acompanhassem as mudanças introduzidas no conteúdo e na estrutura no ensino primário. Tal facto faz com que centenas de professores continuem a cumprir novas normas com velhas mentalidades. Aqui se situaria, assim, outro factor de insucesso para professores e para alunos.

- a escola não prepara os alunos para a vida e não os capacita profissionalmente.

A maioria dos alunos abandona a escola ainda ainda no seio da escolaridade obrigatória e a pequena parte que percorre o secundário não é preparada para o exercício de uma profissão, abandonando a escola mais tarde, ainda mais frustrada.

- os números de alunos por escola e por turma são excessivos. Há escolas preparatórias superlotadas e quase todas têm um número exagerado de alunos. Considera-se que mais de 500/600 alunos desumaniza o ambiente escolar. Há escolas primárias funcionando em regime duplo e triplo.

Por outro lado, a maioria das turmas tem demasiados alunos para o espaço e para um rendimento escolar aceitável. Nota-se que há pouca determinação por parte dos responsáveis das escolas em definir o número máximo de alunos por turma e em recusar ultrapassá-lo.

- a política de subsídios de Acção Social Escolar, apesar de ser para muitos alunos o único suporte para o cumprimento de escolaridade obrigatória, tem vindo

progressivamente a restringir os benefícios concedidos.

Para muitas famílias torna-se difícil suportar as despesas inerentes à deslocação dos alunos para as vilas e a sua estadia na escola.

- o ensino pré-primário é muito reduzido. As crianças chegam à escola primária e ocupam o seu primeiro ano, no mínimo, em acções próprias do ensino pré-primário.

Aqui se situará, assim, uma das causas de maior insucesso na primeira fase.

- A própria legislação é geradora de certo tipo de abandonos. De facto, todos os alunos que completaram 14 anos até 31 de Agosto já não se podem matricular no ano seguinte, no ensino primário, do mesmo modo podem não se matricular no 7º ano do preparatório desde que completem os mesmos 14 anos até 30 de Setembro.

Esta legislação é a via de saída para muitos alunos repetentes, sobretudo na passagem do ensino primário para o preparatório e durante o preparatório.

- há uma mudança brusca do tipo de ensino do primário para o preparatório: passa-se do regime de um só professor para dez, aumenta o número de disciplinas, mudam as características dos edifícios, etc.
- não há nas escolas ou junto delas serviços de apoio médico e sanitário que possibilitem acções de rastreio e acompanhamento de alunos mais necessitados.

- os alunos passam horas diariamente na escola sem fazer nada, abandonados nos seus tempos livres. Estes tempos que poderiam ser espaços educativos, são frequentemente o contrário. De facto não há uma política de ocupação educativa do tempo livres dos alunos, ocasião de formação mais global e de abertura para novas dimensões da vida, momentos de diversão e de crescimento.
- a ausência de equipamentos diversos e específicos quando não a própria falta de instalações adequadas são também motivo de menor rendimento escolar e factor de insucesso para os professores e alunos.
- finalmente, a existência de duas vias para o ensino preparatório - TV e o directo - é também gerador de fortes desigualdades nos alunos.

Como o estudo dos abandonos demonstra o número de postos do CPTV tem vindo a aumentar, sobretudo nos concelhos litorais. É evidente que a explosão escolar motivou respostas diversificadas por parte do sistema e o CPTV englobou centenas de alunos sobretudo nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima. No entãto, constata-se que a abertura de postos do CPTV não obedece aparentemente a quaisquer critérios de planamento educativo, mas a pedidos das juntas de freguesia e dos professores monitores. Há mesmo postos em locais onde existem transportes escolares e públicos, com acesso portanto, às escolas preparatórias.

Aquilo que importa sublinhar neste momento é o facto de existirem duas vias distintas de conclusão da escolaridade obrigatória.

2.3. Ao nível do corpo docente, também se incluem algumas das causas concorrentes para os abandonos escolares.

O debate realçou estes aspectos:

- a forte mobilidade do corpo docente desmotiva o professor a situar-se no meio e a empenhar-se na escola. Eternamente deslocado por nove meses o professor torna-se menos assíduo, o conhecimento dos seus alunos e do seu meio além de ser pouco profundo é permanentemente alterado para novos alunos e novos meios.

A fixação do professor faz-se acompanhar normalmente de maior assiduidade e de maior conhecimento da realidade local e dos alunos. Tal situação é factor de sucesso escolar pois professores desmotivados não motivam os alunos.

- a falta de qualificação dos professores, nomeadamente ao nível psico-pedagógico é também motivo de abandono dos alunos por parte dos professores.

No Vale do Lima existem disparidades enormes entre o litoral e o interior: assim enquanto que em Viana do Castelo 48% dos professores são efectivos e profissionalizados em 1980/81, em Ponte da Barca esse número não passa de 25% e em Arcos de Valdevez de 38%.

- por fim, a carreira docente não tem um estatuto de finido o que vai diminuir a motivação profissional.

3. SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS DETECTADAS

Feita a listagem das causas dos abandonos escolares é possível descrever quais as situações problemáticas emergentes. De modo sintético apresentamos, assim, essas situações que no Vale do Lima, são consideradas trampolim para os abandonos.

3.1. Ao nível do meio:

- há um divórcio entre o meio familiar e a escola que tende a agravar-se; para ele concorrem o analfabetismo, as tarefas domésticas a que os pais sujeitam os filhos em idade escolar, as deficientes condições higiênicas e sanitárias, a ausência de adaptação da escola ao meio, entre outras causas.
- a rede de transportes públicos está divorciada das necessidades da população escolar.

3.2. Ao nível do sistema educativo:

- um primeiro problema gira em torno da rede escolar: por um lado o ensino pré-primário quase não existe e por outro lado, a rede do ensino preparatório continua a crescer sem critérios definidos e mantendo as duas vias de conclusão da escolaridade obrigatória de 6 anos;
- uma outra série de aspectos tem a ver com a política educativa e escolar:
 - . as estruturas e os programas escolares são centralizados não dando espaço à região e à sua cultura;
 - . as escolas e as turmas são demasiado grandes;
 - . não há uma política de ocupação dos tempos livres;
 - . a diminuição dos subsídios de A.S.E. começa a afectar muitos alunos carenciados;

- . a rotatividade dos professores no ensino preparatório é excessiva e contrastante com o ensino primário;
- um outro conjunto de problemas tem a ver com a situação do corpo docente:
 - . não existe qualquer política que conduza à fixação dos professores e à sua ligação com o meio onde trabalha e com os alunos;
 - . não há uma formação contínua de professores;
 - . a carreira docente não é dignificada.

4. MEDIDAS SUGERIDAS

Colocados perante este quadro de situações problemáticas, os agentes locais ligados ao ensino propuseram um conjunto de medidas tendentes a minorar os abandonos assim como os seus efeitos.

É assim que surge um primeiro quadro (4.1.) contendo os problemas detectados e as medidas propostas.

Mas, como nem todos os problemas são do mesmo tipo, também as propostas aqui sugeridas estão escalonadas pelo curto médio e longo prazos e apontam sempre que possível as entidades que deverão executar essas medidas.

O segundo quadro (4.2.) responde a esta segunda preocupação pois situa as medidas no tempo e refere os agentes executores.

Pensamos que destas diferentes leituras resulte uma melhor e mais global compreensão dos assuntos expostos.

4.1. Situações problemáticas e medidas propostas

	SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS	MEDIDAS PROPOSTAS
MEIO	1. O divórcio entre a escola e os conteúdos nele veiculados e o meio socio-cultural familiar	<ul style="list-style-type: none">. Adaptação dos programas ao meio, regionalizando os conteúdos;. Desenvolver o ensino de carácter prático, a formação tecnológica e o ensino técnico-profissional desde o 9º ano do ensino secundário;. Realizar acções de alfabetização/educação de adultos pois são fundamentais para a escolarização dos filhos;. Desenvolver e aprofundar a acção do Director de Turma junto dos pais para ouvir e propor - para tal precisa de uma maior redução horária;. A escola pode desenvolver acções de informação e esclarecimento junto dos pais em colaboração com os órgãos de comunicação social.
	2. Os alunos trabalham em casa várias horas por dia.	<ul style="list-style-type: none">. Criar na escola espaços e tempos para estudo acompanhado por professores das diferentes disciplinas ou com redução (ex. artº 20º)
	3. Deficiências alimentares e sanitárias	<ul style="list-style-type: none">. Acções de rastreio na escola, realizadas por professores devidamente preparados;. Campanhas de sensibilização dos alunos e seus pais;. Acções multidisciplinares para e com os alunos;

	<p>4. Deficiente rede de transportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Articular os horários dos transportes públicos aos horários escolares; . Desenvolver o alojamento estatal como alternativa ao transporte e às horas percorridas no caminho escola-casa;
<p>SISTEMA EDUCATIVO</p>	<p>1. Rede escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> . Não há ensino pré-primário . Existência de duas vias de conclusão da escolaridade de 6 anos 	<ul style="list-style-type: none"> . progressivo e rápido alargamento da rede do ensino pré-primário; . Definição correcta de uma rede escolar para o Vale; . Progressiva extinção dos postos T.V. . Extinção imediata dos postos T.V. onde há transportes públicos ou circuitos de aluguer; . Estudar melhor as consequências da existência das duas vias no ensino preparatório - quer no abandono quer no prosseguimento de estudos.
	<p>2. Política educativa e escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> . Estruturas e programas centralizados . Escolas e turmas demasiado grandes 	<ul style="list-style-type: none"> . Regionalizar os programas criando estruturas regionais de apoio pedagógico (concelhias ou intermunicipais). . Trabalhar mais e melhor em grupo ou disciplina, obtendo para tal menos horas de aulas (1 ou 2 por semana) . Criação de escolas preparatórias e secundárias com 500/600 alunos; . Não criar turmas com mais de 25 alunos (nas escolas novas);

	<ul style="list-style-type: none">. Ausência de uma política de ocupação de tempos livres.. Diminuição de subsídios de A.S.E.. Excessiva rotatividade dos professores	<ul style="list-style-type: none">. Criar um projecto para a ocupação dos tempos livres dos alunos. Os tempos de espera de transportes atingem horas em certas escolas;. Libertar ou criar instalações com esse fim;. Dinamizar as A.O.T.L.^s (horas da disciplina de trabalhos manuais) no sentido de servirem uma política de ocupação dos tempos livres e não de "tapa-furos" na falta dos professores;. Apoiar cada vez mais os alunos mais carenciados para cumprir efectivamente a gratuidade do ensino obrigatório e alargar o apoio da A.S.E. no ensino secundário (que será obrigatório).. Distribuir cada programa por 2/3 áreas afins, no ensino preparatório.
	<p>3. Corpo docente</p> <ul style="list-style-type: none">. Não há fixação nem ligação dos professores ao meio e aos alunos	<ul style="list-style-type: none">. Passagem das informações sobre o aluno desde o primário ao secundário, prevenindo bem os professores contra possíveis erros de diagnóstico.. Informar o professor sobre o meio em que trabalha - visitas, documentos, etc.. Libertar o professor Director de Turma para estar mais disponível para os alunos.. Conceder maior maleabilidade para regionalizar certas áreas dos programas (há já propostas concretas).

		<ul style="list-style-type: none">. Conceder um subsídio de "isolamento" aos professores deslocados do seu local de residência;. Criar nas autarquias - assembleia municipal - uma voz ligada ao ensino/educação;
	<ul style="list-style-type: none">. Falta uma formação contínua de professores.	<ul style="list-style-type: none">. Formar psico-pedagogicamente todos os professores, nomeadamente os não-profissionalizados.. Criar cursos de formação de professores obrigatórios;. Acompanhar as alterações qualitativas do sistema de ensino com a informação e formação necessárias;. Facilitar a aquisição de habilitação própria a todos os professores que ainda a não tenham;. Criar mais vagas para profissionalizar todos os docentes;. Mudar o actual sistema de profissionalização em exercício (áreas, duração, etc.);
	<ul style="list-style-type: none">. A carreira docente não é dignificada.	<ul style="list-style-type: none">. Criar o estatuto da carreira docente.

4.2. MEDIDAS PROPOSTAS, SUA PERIODIZAÇÃO, AGENTES PARA A SUA EXECUÇÃO

PRAZOS		MEDIDAS	AGENTES
CURTO	MÉDIO		
		<p>I. <u>Meio Social e familiar - escola</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Adaptar os programas ao meio, regionalizando os conteúdos; . Desenvolver o ensino prático, formação tecnológica e ensino profissional; . Desenvolver a educação de adultos; . Desenvolver e aprofundar a acção do D.T.; . Dar maior redução horária ao D.T. para acompanhar os alunos e ouvir os pais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas, D.G.Ensino, Autarquias; - Professores, D.G.Ensino, M.E.; - D.G.E.A., M.E., Autarquias; - Escolas, D.G. Ensino; - Escolas, D.G. Ensino;
		<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho doméstico . Criar na escola espaços e tempos de estudo - Deficiências alimentares e sanitárias . Realizar acções de rastreio nas escolas pelos professores 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas - Escolas, como apoio das D.G.Ensino
		<p><u>Deficiente rede de transportes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Articular os horários dos transportes públicos e escolares; . Desenvolver a alternativa do alojamento estal: 	<ul style="list-style-type: none"> - Câmaras, D.G.T.T., IASE, Escolas - M.E., Pais, I.A.S.E.
X	X	X	
X	X	X	
X	X	X	
X	X	X	
X			
X	X		
X	X		

PRAZOS		MEDIDAS	AGENTES
CURTO	MÉDIO		
		<p>II. <u>Sistema Educativo</u></p> <p>1. <u>Rede Escolar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Progressivo alargamento da rede do ensino pré-primário; . Definição de uma política de rede escolar; . Progressiva extinção dos postos TV . Extinção imediata dos postos TV onde há transportes públicos ou circuitos de aluguer . Realizar estudos sobre a rede escolar e as duas vias de conclusão da escolaridade obrigatória; . Criação de escolas prep.e sec. com 500/600 alunos; <p>2. <u>Política educativa e escola (outros aspectos)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Regionalizar os programas, criando estruturas regionais de apoio pedagógico; . Trabalhar mais horas e melhor em grupos/disciplina (1/2 horas por semana) . Não criar turmas com mais de 25 alunos (escolas novas) . Criar um projecto para a ocupação dos tempos livres dos alunos; . Integrar as A.O.T.L.s nas actividades de ocupação de tempos livres globais da escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquias, M.E., M.E.S.; - M.E. Escalas, Autarquias, GEP, IASE, C.C.R.N.; - M.E., G.E.P., Autarquias; - M.E., G.E.P., Autarquias; - M.E., G.E.P., C.C.R.N. - M.E., G.E.P., Autarquias, Escolas; - Escolas c/apoio das D.G. Ensino e Autarquias; - Escola, M.E.; - Escola, M.E. - M.E., Escolas; - Escolas - Conselho Pedagógico
x	x		
x			
	x		
	x		
x			
x			
x			
x			

5. PROPOSTAS DE ESTUDOS SECTORIAIS E PROJECTOS CONCRETOS

5.1. Chegados a esta fase do estudo dos abandonos escolares no contexto de escolaridade obrigatória - é importante reflectir quatro pontos prévios, antes de apresentar novas propostas.

5.1.1. O estudo dos abandonos escolares assim como os debates que se lhe seguiram e as medidas concretas aqui expostas, só terão repercussão local no momento em que localmente houver quem se debruce sobre o estudo e se empenhe em as executar.

Ficou patente na reflexão produzida que às escolas e aos professores cabe um papel decisivo na alteração das situações problemáticas geradoras de abandono. Mais do que às Direcções Gerais e Ministérios, embora nunca sem eles.

5.1.2. É nesta medida que a CCRN continua disponível para apoiar tecnicamente este estudo, aprofundando outras perspectivas e realizando novas pesquisas, também na medida em que for solicitada.

5.1.3. O estudo dos abandonos escolares no ensino secundário, em fase de conclusão, poderá abrir novas perspectivas de estudo, pelo que se deverá tê-lo em linha de conta para uma abordagem mais completa deste problema.

5.1.4. Assim, nesta fase e olhando as medidas propostas pelos agentes de ensino do Vale, pensamos poder destacar quatro áreas em que é possível, realista e prioritário aprofundar os estudos feitos:

- Rede escolar para o Vale do Lima.
- O distanciamento entre a população e a escola.
- As horas de permanência na escola e a política de ocupação dos tempos livres.
- A Regionalização dos conteúdos e das estruturas do ensino.

Seguidamente, propomos uma primeira abordagem de cada um destes aspectos. Servirá quer de arranque para um estudo mais sistemático e profundo do sistema educativo do Vale do Lima, quer como base para que os agentes locais-professores, concelhos dire^ctivos, autarquias, entidades regionais do Ministério da Educação e outras entidades implicadas - pensem e decidam as acções a empreender para o prosseguimento da investigação e melhoria da qualidade de ensino no Vale do Lima,

5.2. A rede escolar para o Vale do Lima

O debate que se procurou suscitar com o estudo dos "abandonos escolares" mostrou a relevância dos problemas relacionados com a definição de uma rede escolar. Estes derivam de situações problemáticas que convém referir, umas decorrentes dum sistema ge^ral que não é exclusivo do Vale do Lima, outras derivadas de circunstâncias locais e específicas:

- a implantação de novos edifícios escolares não é fruto de uma reflexão comum a diversos organismos locais directamente implicados nessa acção;
- não há uma reflexão alargada ao Vale do Lima, capaz de estabelecer critérios e apontar perspectivas para uma política de rede escolar consentânea com

as necessidades locais e as possibilidades do país e da sua política educativa;

- o acesso à escola é determinante do sucesso dos alunos mas, apesar disso, está muito longe de ser seriamente pensado pelas autarquias locais em colaboração com as escolas e outros organismos. No entanto, a organização da rede de transportes escolares deve dizer respeito sobretudo à autarquia local;
- a existência e subsistência de duas vias de conclusão da escolaridade de 6 anos - C.P.E.S. e C.P.T.V. - não parece obedecer a qualquer plano global e sobre ele se opina de modos os mais diversos e contrários entre si, construídos quase sempre sobre fundamentos muito pouco evidentes;

De facto, não há estudos que revelem se há ou não justificação para usar duas técnicas diferentes de ensino, se há ou não diferenças qualitativas entre elas se a esta ou aquela situação se adequa este ou aquele tipo de ensino;

Não se equaciona o problema da política de rede escolar subjacente à criação, difusão e encerramento dos postos TV e à implantação das escolas preparatórias e secundárias;

- as responsabilidades atribuídas às autarquias ao nível do ensino primário, responsabilidades que tendem a aumentar tornando-se extensivas ao ensino preparatório, não podem esconder a inexperiência das mesmas autarquias. Estas necessitam de se preparar seriamente para o desempenho das suas novas atribuições.

Há assim uma reflexão a encetar em torno dos ingres-

- sos escolares dos próximos anos, da utilização polivalente dos equipamentos educativos, da tipologia dos edifícios a criar nesta zona, a sua distribuição e construção, dos orçamentos autárquicos, etc. Este estudo há-de englobar estruturas do Ministério da Educação, autarcas, e responsáveis pelo planeamento.

Parece assim evidente a necessidade de agir sobre este problema da política de rede escolar.

5.3. As horas de permanência na escola e a política de ocupação dos tempos livres

Entre os estudos a empreender afirmou-se, como questão de muito interesse, a pesquisa sobre a ocupação dos tempos livres implementada nas escolas, relacionando-a nomeadamente com o número de horas que os alunos permanecem na escola sem aulas.

Parte-se da hipótese de que existem de facto horas "mortas", em grande número, por semana, e de que a sua utilização racional poderá ser trampolim para o despertar dos alunos para novos valores e ocasião de ligação da escola ao meio.

O estudo teria que inquirir:

- Hora de saída de casa, de tomada do transporte, tempo de percurso, hora da primeira aula, hora da última aula, hora de saída do transporte e hora de chegada a casa.
- Os interesses dos alunos e as possibilidades das escolas em matéria de ocupação de tempos livres - recursos humanos, instalações, recursos financeiros, intervenientes, etc.

- as possibilidades de articulação destas actividades de ocupação de tempos livres com a realidade social, económica e cultural local;

5.4. O distanciamento entre a população e a escola

Outro dos marcos da reflexão aqui apresentada é a existência de um fosso entre a população e a escola. Um distanciamento que tende a aumentar e que se traduz aproximativamente por "desvalorização do papel da escola" por parte da população.

"A escola não prepara para a vida", "andar na escola é atrasar a vida", "o meu filho ganha mais em ficar em casa a ajudar e a arranjar emprego": estas e muitas outras frases ouvem-se com grande frequência. Que significam? Reflectem uma atitude de fundo em relação à escola ou são reacções conjunturais?

Os professores referiram insistentemente o trabalho doméstico dos alunos como algo que prolifera e que tem a ver com o nível de vida dos pais, o seu grau de escolarização, o seu modo de ver a escola, hoje.

Mas, existirá de facto o fosso entre o mundo rural e o universo escolar? Como se manifesta em termos de pensamento e de atitudes, quer por parte da população em relação à escola quer desta em relação ao meio? E será um fenómeno ligado apenas ao mundo rural ou o fosso existe também, embora diverso, para com os pequenos centros urbanos desta área?

As respostas a estas questões são tanto mais importantes quanto sabemos ser corrente procurar as causas do insucesso escolar nas elevadas percentagens de reprovados, no tipo e atitudes dos professores, nas incapacidades dos alunos. Desfazer o círculo vicioso destas análises é também objectivo destes estudos.

Fica, assim, apenas esboçada esta situação problemática.

No entanto, será possível apontar desde já para um estudo dos trabalhos domésticos de crianças em idade escolar pois, além de ter sido um dos problemas mais focados, pode também constituir uma abordagem rica em conclusões e pistas de acção. Ir mais longe, numa primeira fase, talvez seja demasiado ambicioso.

5.5. Regionalizar a educação: uma proposta concreta

Aqui se situará a questão de fundo: desencadear um processo de regionalização da educação. Os debates suscitados no Vale do Lima referem muito frequentemente esta perspectiva. Antes de referir que passos aí estão sendo dados nesta direcção, um esclarecimento prévio sobre o conteúdo da questão.

Em primeiro lugar: regionalizar é algo mais do que a mera descentralização de instituições e poderes, pois é um processo em que se vão criando condições para que as diferentes regiões, de baixo para cima, se assumam e se integrem com suas diferenças e peculiaridades histórico-culturais, no contexto nacional.

Portanto, o processo de regionalização não se limita a des-centrar por concessão mas sim a organizar por emergência duma consciência e duma responsabilidade local, as várias ordens de interesses e objectivos.

Segundo: educação é mais do que instrução e muito mais do que sistema de instrução formal; não é apenas a transmissão de uma dada cultura dominante (papel tradicional da educação formal), não é só a carga (in) formativa que é veiculada pelos meios de comunicação social (educação informal ou difusa), mas é também todo o acto que faz desabrochar em cada indivíduo, desde as suas próprias raízes, todas as capacidades de que dispõe para se assenhorear do seu destino e da sua colectividade.

Feito este contributo para um esclarecimento prévio, não será difícil constatar que educação e regionalização têm uma forte carga de inter-dependência, condicionando-se mútua e constantemente.

De facto, uma grande parte da tarefa educativa deve ser desenvolvida nas, por e para as regiões, assim como a regionalização dependerá em muito da educação que se processe no país e na região.

Deste quadro decorrem alguns pressupostos para que se proceda à regionalização da educação:

- A educação não diz respeito apenas ao Ministério da Educação e às escolas, mas também a diferentes instituições e agentes locais-autarquias, grupos e agentes culturais, entidades empresariais e sindicais, etc.
- A escola tem que quebrar o isolamento que teima em perpetuar em relação às instituições locais e agentes culturais. Uma enriquecedora interacção deve ser iniciada e desenvolvida.
- ↳ É imperioso o prosseguimento da descentralização de estruturas e poderes respeitantes à tarefa educativa. Ao poder central caberá sempre um fundamental papel normativo.

- O ponto de partida do acto educativo tem de ser a própria região - a sua história, os seus modos de viver e pensar o futuro, as suas actividades económicas, sociais e culturais, etc. -, o que constitui, ao mesmo tempo, condição essencial para que o ponto de chegada da educação seja a mesma região. Esta perspectiva parece-nos importante para equacionar o processo de desenvolvimento regional.

É neste contexto que se enquadra a proposta surgida no concelho da Ponte da Barca, de criação de um Centro de Apoio Pedagógico, uma iniciativa que pretende responder a múltiplos problemas do sistema educativo naquela zona.

Relembramos, sucintamente, que no Vale do Lima e concretamente nesta área, conforme o estudo dos abandonos refere, há:

- 30% de analfabetismo;
- mais de 40% de reprovações na 1ª fase e 30% na 2ª, no ensino primário;
- mais de 300 alunos continuam a abandonar anualmente o sistema educativo no Vale do Lima, sem qualquer diploma;
- até ao fim da escolaridade obrigatória abandonam a escola mais de 70% dos alunos;
- 90 a 99% dos professores que aí leccionam são oriundos e residem fora do concelho (na Barca e nos Arcos).

A criação do Centro de Apoio Pedagógico da Ponte da Barca não pretende responder a esta situação na sua globalidade,

mas empreender algumas acções de maior fôlego, cansados que estão os professores de "tapar furos" com actividades meritórias mas pontuais e prontamente recuperadas pela apatia geral.

A proposta não está ainda suficientemente concretizada. Compete a diferentes organismos e agentes locais fazê-lo, sempre que possível em conjunto. Para já, previa-se que este centro tivesse como funções:

- apoiar e incentivar a formação pedagógica de professores com o concurso de organismos e pessoas devidamente qualificadas.
- recolher e divulgar levantamentos etnológicos e do património cultural, das actividades económicas, sociais e culturais da região, constituindo materiais que sirvam para a descoberta do meio e ocasião de motivação para alunos e professores.
- recolher e divulgar ainda experiências de regionalização de conteúdos e programas de disciplinas que já se fazem nas escolas; pesquisar e propor mudanças nos métodos e conteúdos pedagógicos.

Haverá que concretizar ainda:

- recursos humanos;
- entidades e pessoas a contactar;
- instalações e recursos financeiros;
- articulação com as escolas e as experiências de educação não-formal, nomeadamente educação de adultos;
- apoios a requerer ao Ministério da Educação.

5.6. O papel da C.C.R.N.

Como já ficou dito, a Comissão de Coordenação da Região Norte, nomeadamente através da sua Divisão de Estudos Sociais e Culturais (D.E.S.C.) está disponível para dar o apoio de que for capaz aos estudos, projectos e acções que no Vale do Lima forem desencadeados quer pelas escolas quer pelas autarquias, na área da educação; todas as solicitações serão analisadas com vista a estabelecer a colaboração que for possível.

Espera a mesma D.E.S.C. incluir no plano de actividades para 1984 algumas acções que procurem responder a seu nível, no Vale do Lima e com os agentes locais, a algumas situações problemáticas referidas neste texto.